

VETO AO PROJETO DE LEI Nº. 14, DE 18 DE JANEIRO DE 2013.

“Veto ao Projeto de Lei nº. 14 de 18 de janeiro de 2013, proposto pelo Poder Executivo Municipal, e dá outras providências.”

SÉRGIO MUNHOZ, Prefeito Municipal de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER que no uso das atribuições legais que me confere o artigo 52 § 1º, da Lei Orgânica Municipal, **VETO TOTAL**, ao Projeto de Lei nº. 14, de 18 de janeiro de 2013, de origem do Poder Executivo.

RAZÕES DO VETO

O Poder Executivo Municipal apresentou o Projeto de Lei Municipal nº. 14, na data de 18 de janeiro de 2013.

Que institui o Auxílio para Diferença de caixa complementar aos Servidores Municipais, que por força das atribuições próprias do cargo, pague ou receba em moeda corrente e dá outras providências.

Após melhor análise do projeto de Lei nº. 14, de Janeiro 2013, de autoria deste Poder Executivo, constatou-se que a presente Lei contém nulidade de pleno direito, haja vista, que tal despesa deveria estar fundada pelo impacto orçamentário financeiro.

Ademais, como é sabido o orçamento do Município, não possibilita a elaboração do impacto financeiro positivo, que abarque a presente despesa.

Sendo assim, tal despesa não estaria devidamente orçada, o que contraria a Lei de Responsabilidade Fiscal, artigo 17, §1º., daquele dispositivo.

Por fim, por atender o Princípio da Legalidade artigo 37 da Constituição Federal, **VETA**

TOTALMENTE, o projeto de Lei.

Diante dos fundamentos jurídicos acima apresentados, este Executivo Municipal apresenta as suas razões de veto total ao projeto de lei nº. 14, de Janeiro de 2013, de autoria deste Poder Executivo, nos termos da art. 17, § 1º., da Lei de Responsabilidade Fiscal que diz:

“Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o *caput* deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.”.

Cabe consideração importante que, igualmente os caixas já possuem adicional de (10%) dez por cento, benefício este assegurado pelo Estatuto do Servidor Público Lei Municipal nº. 1.108 de 28 de julho de 1999, em seu texto que diz:

“Art. 99 O servidor que, forneça das atribuições próprias de seu cargo, pague ou receba em moeda corrente, perceberá um auxílio para diferença de caixa, no montante de 10% (dez por cento) do vencimento. (Grifo nosso).

Diante dos argumentos e fundamentos jurídicos acima apresentados, este Poder Executivo Municipal apresenta as suas razões de Veto Total, ao projeto de Lei nº. 14, de 23 de Janeiro de 2013.

Eldorado do Sul, 31 de janeiro de 2013.

SÉRGIO MUNHOZ

Prefeito Municipal